

Dinheiro foi distribuído a rodo para as prefeituras. Que bom para os prefeitos, que bom para os municípios, mas nós sabemos que isso aí foi feito não é para ajudar o cidadão.

É forma eleitoreira, porque começou a campanha. Querem inaugurar obras, querem fazer um monte de coisa que estavam paradas o mandato todo e vão ser inauguradas justamente agora. Interessante isso, né?

Mas nós estamos trabalhando junto com o nosso pré-candidato e temos certeza de que ele será eleito no próximo dia 2 de outubro porque é um candidato correto, é um candidato novo, é um candidato que vem com uma nova maneira de governar o estado de São Paulo e isso já está dando desespero na turma.

Então nós vamos continuar trabalhando no nosso passo, na nossa transparência, na nossa honestidade e quem se sentir incomodado que se levante e vá embora, porque aqui não há lugar mais para pessoas de mau caráter.

Quanto ao que foi dito aqui com referência ao meu vídeo, eu quero aqui corroborar tudo o que eu fiz. Estou muito à vontade com isso e quem se sentir incomodado é porque apoia o outro lado, apoia o cidadão lá de nove dedos.

É lógico que estamos em época de campanha e cada um vai defender o que acha certo. Eu acho que o lado certo é de quem trabalha pelo Brasil, não de quem rouba o trabalhador.

Esses cidadãos aí quando estiveram no governo mostraram que são larâpios. Roubaram o Brasil, destruíram instituições muito antigas no Brasil. Deixaram o Brasil numa situação terrível.

A Postalis, dos Correios, o diga; a Petrobras que o diga. Enfim, inúmeras empresas de alto nível no Brasil foram saqueadas por esse governo maligno; esse governo que só atrapalhou a vida do cidadão.

E como se não bastasse, agora esse cidadão ex-presidiário, que puxou pena, puxou cana - deveria estar lá ainda, mas, infelizmente a nossa Justiça é falha em vários aspectos - agora se sente no direito de estar apontando o dedo no nariz dos outros.

Quem é esse cara para apontar o dedo no nariz de alguém, gente? Pelo amor de Deus! O cara esteve em cana. O cara vivia bêbado na frente dos vídeos. Nós temos inúmeros vídeos do cara encachaçado, todo mijado. Gente, que moral tem esse cara para vir falar de alguém aqui? Que moral tem esse cara? Nenhum.

E o pior, agora deu de ameaçar os outros. Todo mundo viu, rodou em toda rede social - se alguém não tiver visto eu até trago aqui - o vídeo desse indivíduo promovendo que as pessoas fossem às casas dos deputados, mais ou menos 50 pessoas, “um número insignificante”.

Imagine 50 pessoas na sua porta te ameaçando. Eles vão lá para encher o saco da família, para intimidar a família. Eles vão lá para atrapalhar a vida da família, e nós sabemos como age isso: são ofensas, são xingamentos, são ameaças, e eu não admito nenhum tipo de ameaça a qualquer pessoa, principalmente a minha família.

Eu já fui vítima de um atentado na porta de casa praticado pelo crime organizado, em 2010. Tomei 11 tiros na porta de casa, e sei muito bem o que é isso, bandido é tudo igual, nós temos que saber agir.

A pessoa que vai na casa de um cidadão atormentar a família, afrontar a família, ameaçar a família, só tem uma resposta, uma resposta à altura. Alguém que tente invadir minha casa, ameaçar minha família para ver o que vai acontecer: eu vou usar a lei, e a lei me permite defender a minha família, a lei me permite e é o que eu farei.

Agora vem essa desculpa: “o deputado está andando armado”. Ando armado, sim, sou policial militar há 43 anos e ando armado, sim. Para isso a lei me permite e me faculta. Então ninguém venha aqui querer falar besteira que eu não vou aceitar, não.

Eu não entro armado aqui porque esse recinto aqui, o Parlamento, existe a determinação do Regimento Interno que é para os deputados não entrarem armados. Os únicos armados aqui são os nossos policiais militares e policiais civis, para isso que eles estão aqui, para proteger os deputados.

Agora, daqui para fora, façamos o que a lei determina e o que a lei permite. E eu, quando saio daqui, todo dia, saio e chego, saio armado pronto para o combate, porque eu sei o que me espera lá fora, como aliás esperam todos os deputados.

Não tenham os senhores e senhoras a vã ideia de que os senhores não são alvos também. Todos nós, todos nós, sem exceção, somos alvos. Agora, nós que somos policiais militares mais ainda, porque nós sempre estamos lidando contra o crime. E agora, na política, continuamos lidando contra o crime, e contra criminosos.

Então não pensem que eu vou me furtar à minha responsabilidade de defender a minha família e de defender a família de quem for necessário.

Eu disse aqui, e repito, deputada aqui da esquerda, vou citar o nome, deputada Leci Brandão, foi ameaçada, teve a sua família ameaçada e na época nos procurou, a mim e ao Coronel Camilo, e nós prontamente nos colocamos à disposição da deputada, porque eu não admito que nenhum deputado aqui seja ameaçado.

Aliás, se algum deputado for ameaçado aqui, por favor nos procure que terá o nosso total apoio. Agora, eu muito estranho é o deputado vir aqui, os deputados virem aqui querer me apontar que eu ameacei fulano.

Não ameacei, eu prometi, é promessa. Agora, o crime que esse canalha pratica, ninguém o aponta, que é terrorismo atacar as pessoas na sua residência. Isso ninguém fala nada. E nós sabemos que tipo de gente anda envolvida com esse indivíduo aí.

São pessoas que atacam fazendas, que atacam o campo, que essa semana invadiram um mercado aqui em São Paulo. Depredação, invadem residências, invadem terrenos, invadem prédios, praticam crimes diariamente, e agora vem pagar uma de santinho aqui, dizendo que “fomos ameaçados”.

É sempre a mesma história, presidente, a vitimização. Falam o que querem, fazem o que querem e depois não querem receber uma resposta à altura, mas aqui, não, vem.

Aqui mexeu com família o papo é outro; mexeu com família o papo é diferente. Vai ter problema, sim, e não se achem muito aí: “Ai, vamos colocar...” Fiquem à vontade de colocar onde quiser.

Eu sei muito bem quais são as minhas vantagens judiciais, as minhas vantagens legais e vou fazer uso delas, venha do jeito que vier. É inadmissível qualquer deputado ser ameaçado.

É inadmissível qualquer cidadão ser ameaçado, principalmente na rede social, e ninguém se manifestar a respeito disso. E quando alguém se manifesta, hipócritas vêm aqui querer defender um cidadão que praticou crime sua vida toda, um cidadão que afundou o Brasil, um cidadão que foi condenado, um cidadão que não tem uma vida ilibada e nós sabemos de todos os problemas que aconteceram ao longo da vida desse cidadão. Só trouxe problemas para a Nação brasileira, foi um câncer na Nação brasileira, na política brasileira.

Então nós não podemos aceitar esse tipo de coisa. Chega de canalhice na política, chega de sacanagem na política, chega de mentiras na política, chega de querer apontar o dedo no nariz de quem trabalha e ficar quieto e não ter nenhuma resposta. Aqui vai ter uma resposta sim.

Eu não aceito nenhum tipo de ameaça, eu não aceito que ameacem a minha família. A minha família, para mim, é sagrada, como eu tenho certeza de que é para todos os aqui presentes, para todos os que nós assistem também é sagrada.

Aliás, nós devíamos estar fazendo um coro de deputados, nos colocando contra essa atitude. Eu muito fico estranhando que os deputados se calem. Não sei se é medo de que vão falar mal. Eu não tenho medo de que falem mal de mim, aliás, falam mal de mim a vida toda, eu estou acostumado com isso. Fiquem à vontade para falar mal de mim.

Eu não estou aqui para agradecer a “A”, “B” ou “C”, eu estou aqui para cumprir a lei. E não vou agradecer principalmente pessoas que andam com aquele indivíduo, que eu não vou dizer nem o nome porque a gente não pode falar o nome do diabo que dá azar. Não vou nem falar o nome.

Então aqui fica bem claro o recado: não venha ameaçar a minha família ou a mim. Eu não admito e terá uma resposta à altura qualquer canalha, qualquer bandido que faça isso.

Terá uma resposta à altura e uma resposta legal. Não pensem vocês que eu sou bobinho de agir fora da lei não. Então pode vir que nós estamos quentes, estamos fervendo. Estou aguardando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Continuando a lista dos oradores inscritos no Grande Expediente, gostaria de chamar para fazer uso da palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Emídio Lula de Souza. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.)

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem. Gostaria de usar a palavra pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - É regimental. Deixe-me só terminar de discorrer os nomes aqui, deputada, se me permite.

Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.)

Encerrado o Grande Expediente.

Passo a palavra à deputada Monica, para falar pelo Art. 82, em nome da liderança do PSOL.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - PELO ART. 82 - Eu continuo, com muito orgulho, no PSOL, apesar deste momento de grave crise de identidades partidárias, em que o placar mudou drasticamente. Continuo orgulhosamente na bancada pela qual me elegi, o partido que eu construo com tanto afeto e sonho.

Hoje eu me inscrevi para dialogar com o senhor, Douglas Garcia. Quando eu cheguei, vim assinar a presença e ouvi o senhor falar sobre a sua visita ao Hospital Pérola Byington. Quero saudar a todos os trabalhadores e trabalhadoras desse hospital referência no atendimento e acolhimento de mulheres, sobretudo mulheres vítimas de violência sexual.

O senhor trouxe um dado alarmante aqui. Segundo o senhor, eu não tenho esse dado, mas segundo o senhor 4.100 mulheres/ano passam por lá vítimas de violência sexual, que é um dado alarmante, mas eu queria discursar sobre e discorrer sobre um conceito importante na tratativa da violência contra a mulher ou contra qualquer violência, que parte do pressuposto que, primeiro, a gente acolhe e repara a vítima.

Por que não obrigar as mulheres a passar por um processo criminal antes de ter acesso à saúde? Porque elas estão machucadas, feridas, amedrontadas, passaram por processos físicos dolorosos e o primeiro atendimento tem que ser na saúde. A maior parte das pessoas que sofrem violência sexual no Brasil são crianças e adolescentes. Essa também é uma estatística. Criança e adolescente.

Segundo a nossa legislação penal, sexo não é consentido com menor de 14 anos. Em qualquer hipótese, com menores de 14 anos é estupro a palavra, não tem outra. É abuso. Então a criança que chega a um hospital para atendimento médico não precisa comprovar que sofreu violência, é violência. Não existe consentimento com menores.

E o primeiro passo é o acolhimento na saúde. Impor a necessidade, eu sei que é uma vontade dos conservadores, que tentam sistematicamente complicar e dificultar o atendimento ao aborto nos casos legais, entre eles é o estupro, é revitimizar essa vítima.

Primeiro a gente acolhe, dá atendimento, aplica os medicamentos para evitar infecções sexualmente transmissíveis, oferece, em caso de gestação, o aborto, a interrupção da gestação, cuida do seu emocional, depois a gente vai punir os agressores, que provavelmente estão dentro de casa, que provavelmente faz parte da sua família, e o Estado não protege essas crianças dos seus familiares, que continuam sendo seus tutores legais. Então, eu queria dialogar sobre isso.

Está em voga discutir a dificuldade de mulheres receberem atendimento. Médico não é juiz. Médico não é juiz. A gente não pode colocar mais essa sobrecarga sobre os trabalhadores da Saúde.

E a mulher vítima de violência precisa ser tratada primeiro. Por isso, é uma conquista histórica que principalmente as crianças, que não se discute, que indiscutivelmente são vítimas de violência sexual, sejam atendidas na Saúde apesar de qualquer comprovação.

Ela não precisa comprovar que foi abusada, ela foi. É o Código Penal: menores de 14 anos foram violentadas, não existe consentimento. Esse é um ponto. E a gente está discutindo muito violência, existe uma tentativa de retirar direito das mulheres vítimas de estupro e, nos casos legais, de acessar o aborto sob discurso de que nós matamos bebês.

Eu queria trazer aqui um outro índice que tem a ver com o discurso aqui, que eu concordo, que eu discordo, sobre o alto índice, que todo mundo aqui concorda, de violência política neste momento do País. Todos nós sabemos da violência cotidiana por estarmos aqui. No seu emocional, no seu familiar.

Eu já tomei um tapa na padaria de um garoto que achou que podia me tocar. Mas todos nós sabemos que isso é do cotidiano. Nós sabemos que todos nós estamos aqui expostos.

E dessa conversa sobre concordar mais ou menos, eu queria trazer um outro índice: no Brasil, cerca de sete mil crianças morrem de forma violenta por ano. A maioria delas, vítimas da arma de fogo.

Pesquisas mostram que, quanto mais armas de fogo presentes na população, mais acidentes domésticos envolvendo armas de fogo contra crianças acontecem. Se a gente vai discutir o cuidado das crianças, a gente tem que encaminhar para o caminho certo: crianças são vítimas de violência sexual, crianças precisam ser atendidas por médicos que acolham as suas dores.

Crianças morrem dentro de casa em números alarmantes, vítimas de armas de fogo, e a gente precisa discutir a grande presença e publicidade sobre armas de fogo nas nossas crianças, que gera curiosidade, que faz elas mexerem nas coisas dos pais, que faz a gente assistir a casos como a gente assistiu nos Estados Unidos de crianças invadindo escolas e atirando umas contra as outras.

Então, se é para preservar a vida das crianças, a gente tem que ter o diagnóstico correto e o encaminhamento correto.

Aborto legal é um direito constituído a duras penas, e nós vamos seguir lutando para que as mulheres que vão acessar esse serviço não sejam torturadas. Por isso, mais uma vez eu vou terminar a minha fala como eu comecei: saudando e agradecendo aos valorosos e valiosos trabalhadores do Pérola Byington.

- Assumo a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Presidente, não havendo mais inscritos, eu gostaria de propor o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. É regimental.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pois não, deputado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Vossa Excelência me permite uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sem dúvida, fica à vontade.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Apenas para dizer, Sr. Presidente, a deputada Monica não sabe, porém, no Hospital Pérola Byington, todas as crianças que são atendidas, ou seja, os menores de 18 anos, automaticamente já são encaminhados para a delegacia. Então, não precisa comprovar que houve nenhum tipo de violência sexual.

De fato, os profissionais de Saúde que trabalham no Pérola Byington são obrigados a notificar aqueles que sofrem violência sexual e são menores de 18 anos. Agora, as mulheres acima de 18 anos que sofrem violência sexual e são atendidas no Hospital Pérola Byington, desses casos, dentro do universo de 4.100, pelo menos 40% estão nos casos tidos como não crônicos, ou seja, aqueles que são atendidos naquele momento, assim que chega nas 72 primeiras horas.

E os casos crônicos são depois das 72 primeiras horas do ato em si, do ato violento em si, da violência sexual em si. Dessas 72 horas, eu não estou aqui discutindo com relação à eficácia, porque, de acordo com os médicos, desde que haja o ato de violência sexual nessas 72 horas, até que haja a fecundação e etc., e início de uma gestação, se for retirado o material genético do homem e da mulher, então, aqui não estou entrando nessa discussão.

Porém, na fase crônica, Sr. Presidente, que é a mais periclitante, de um mês, dois meses, três meses, quatro meses, sei lá quantos meses, em que a mulher se apresenta no Hospital Pérola Byington, ela é maior. Ela chega e diz que foi violentada sexualmente, e o hospital não pede nenhum tipo de notificação às autoridades investigativas, com relação a aquele caso.

Tampouco encaminham para que seja feita uma investigação. Porque deveria, sim, o Ministério Público, entrar com uma ação penal incondicionada. Que aí, no caso, a vítima não estaria promovendo a ação. Mas, se o próprio Ministério Público não faz, isso é perigoso. Porque, infelizmente, pode ser utilizada uma ferramenta legal de forma absolutamente ilegal.

Para concluir, Sr. Presidente. Não existe aborto legal no Brasil. O aborto é assassinato, e precisa ser combatido até o fim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Muito obrigado a todos.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 01 minuto.

7 DE ABRIL DE 2022 17ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: JANAINA PASCHOAL e TENENTE COIMBRA</p>
--

<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - JANAINA PASCHOAL</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - LECI BRANDÃO</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>4 - CORONEL TELHADA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - TENENTE COIMBRA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL</p> <p>Demonstra preocupação com a exposição das crianças mostradas no vídeo apresentado pelo deputado Tenente Coimbra.</p> <p>7 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>8 - TENENTE COIMBRA</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>9 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>10 - CONTE LOPES</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>11 - CONTE LOPES</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>12 - PRESIDENTE TENENTE COIMBRA</p> <p>Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assumo a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>
--

<p>***</p> <p>A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, recebendo o expediente.</p> <p>Imediatamente, dou por aberta a chamada dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. Começo chamando à tribuna o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Roberto Moraes. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Não farei uso da palavra. Excelentíssima Sra. Deputada Leci Brandão. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.</p> <p>A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssima Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, deputado Giannazi, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV Alesp. Vocês lembram que teve aquele nosso debate grande aqui, em 2020, do PL 146, o famoso PL do despejo zero. Um projeto de nossa autoria, com os deputados Jorge do Carmo e Maurici, ambos do Partido dos Trabalhadores.</p> <p>Pois é, ele foi aprovado, mas foi vetado pelo governador. Mas eu já estou muito feliz, porque, embora nosso projeto tenha sido vetado pelo governador, ontem, o Supremo Tribunal Federal validou a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, que suspendeu ordens de despejo até o final de junho. Isso é muito bom.</p> <p>Em seu voto, o ministro afirmou o seguinte: “os reflexos da Covid ainda atingem a população brasileira”. Ainda disse assim: “sob o ponto de vista socioeconômico, a pandemia tem agravado significativamente a pobreza no país. A pobreza retornou para o mapa da fome”, escreveu o ministro Barroso.</p> <p>Eu quero cumprimentar o Supremo Tribunal Federal por essa decisão e dizer que as instituições precisam olhar com mais atenção e com mais sensibilidade para as necessidades da nossa população.</p> <p>Que o Congresso Nacional e que as Casas Legislativas do país sigam esse exemplo. Nós precisamos olhar com atenção, com carinho e, principalmente, com respeito para a população que realmente necessita demais ter um lugar para morar, para poder sobreviver. Despejo zero.</p>

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós que agradecemos, Sra. Deputada. Sigo aqui com a leitura da lista dos oradores inscritos chamando à tribuna o deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, eu quero, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, manifestar o meu total apoio à greve dos servidores públicos da cidade, do município de Mogi Mirim, que estão em um movimento muito importante de valorização salarial, de valorização funcional, de valorização da melhoria das condições de trabalho.

A greve se dá porque não há negociação com o governo municipal, com a prefeitura, que oferece apenas 2% de reajuste, o que é um verdadeiro absurdo. Quase todos os municípios estão oferecendo - inclusive daquela região - no mínimo 10%, que é pouco, que não atende minimamente as necessidades de reposição das perdas inflacionárias, mas 2% é demais, é um acinte, é uma afronta à dignidade humana dos servidores públicos de Mogi Mirim.

Eles já foram penalizados com o congelamento dos salários, com o congelamento da evolução funcional por conta da Lei Complementar 173, que foi do governo Bolsonaro durante a pandemia. Os servidores tiveram muitos prejuízos e perdas durante todo esse período, mas estavam trabalhando, inclusive arriscando as suas próprias vidas e das suas famílias, se expondo.

No entanto, o que eles estão recebendo agora é essa proposta de 2% de reajuste salarial. Eles estão se manifestando, estão em greve, utilizando o direito constitucional da greve. Tenho aqui inclusive uma foto do movimento deles, servidores em greve, professores e demais funcionários grevistas da rede municipal de Mogi Mirim, que é uma greve geral do funcionalismo.

Muitas greves estão ocorrendo no estado de São Paulo por conta dessa luta pela reivindicação salarial. Nós temos que apoiar todos esses movimentos, como estamos apoiando o movimento de Piracicaba, de Itanhaém, de... agora também... enfim, de vários municípios aos quais nós já manifestamos o nosso total apoio. Marília, Assis são municípios que estão em luta.

Na cidade de São Paulo - ontem eu participei de uma manifestação aqui - o prefeito está dando apenas, neste momento, 0,01%. Então eu quero manifestar o nosso total apoio, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, aos servidores públicos municipais de Mogi Mirim. Faça um apelo para que o prefeito atenda as reivindicações dos servidores, dando um reajuste digno que reponha, no mínimo, a inflação.

Aproveito também a minha permanência aqui na tribuna da Assembleia Legislativa para dizer que eu estou acompanhando e recebi denúncias gravíssimas em relação à Fundação Instituto Tecnológico de Osasco no que tange à questão da educação infantil, das creches mantidas por esse instituto. As professoras de educação infantil estão sofrendo muito porque são várias as denúncias.

Elas não têm direito, elas são professoras, são da carreira do Magistério, mas não têm direito a um terço da jornada do piso, como determina a Lei 11.738. As salas são superlotadas, inclusive o que afronta um decreto municipal, que é o Decreto 12.541, de 2020, do próprio município de Osasco. Não há atendimento adequado para as crianças com deficiência, outra denúncia grave, não é?

Elas não têm um plano de carreira, e não há estatuto dessa fundação, faltam funcionários, há falta de funcionários na fundação, elas não recebem horas extras, não há banco de dados, não há hora de descanso, elas levam serviço para casa sem receber esse um terço que eu disse, da lei federal, da jornada do piso.

Elas são constantemente, muitas vezes, ameaçadas, porque estão em estágio probatório e quando se manifestam sofrem ameaças e assédios. Não há supervisão, a Secretaria Municipal não faz a supervisão dessas creches e o que mais me preocupa agora é que o prefeito, Rogério Lins, o prefeito de Osasco, parece que vai inaugurar uma creche para 1200 alunos.

Fico imaginando como vai ser essa creche massificada, com 1200 alunos em uma única creche. Acho que isso não é nem um pouco aconselhável do ponto de vista pedagógico e de funcionamento. Então, com essas condições todas que a Fito oferece, seria temerário inaugurar uma creche com essas condições.

Enfim, faço aqui um apelo ao prefeito Rogério Lins, o prefeito de Osasco, para que ele tome providências e providencie a jornada do piso e todas essas reivindicações que já foram levadas a ele e à direção da Fito.

Quem defende, de fato, o investimento na primeira infância tem que valorizar as educadoras, as professoras de educação infantil. Fica aqui o nosso pedido ao prefeito para que ele atenda a todas essas reivindicações.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado.

Sigo aqui com a leitura dos oradores inscritos no Pequeno Expediente chamando à tribuna o deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sra. Presidente, Srs. Deputados, funcionários, assessores, policiais militares aqui presentes, Sras. Policiais Militares aqui presentes, a todos que nos assistem pela Rede Alesp, hoje, quinta-feira, dia sete de abril de 2022, quero comemar a minha fala apoiando o discurso do deputado Giannazi no sentido dos funcionários municipais.

Não é isso, Giannazi? De Mogi Mirim, onde estão recebendo, não sei se é reajuste, nem aumento, nem reajuste é. Prefeito de Mogi Mirim, por favor, ajude o pessoal. São trabalhadores, precisam sustentar a família.

Eu não vou falar mal do prefeito, não é, Giannazi. Não vou falar mal porque não conheço o senhor, mas funcionário público tem que sustentar a família, tem filho para sustentar, tem escola para pagar, tem que colocar a refeição na mesa, como o senhor dá 2% de reajuste para os funcionários municipais de Mogi Mirim? É uma bela cidade, uma cidade grande, que tem evoluído muito.

Por favor, ajude quem quer ajudar o senhor. Se o senhor tiver o seu funcionário municipal trabalhando contente, com alegria, quem ganha é a prefeitura, é a própria sociedade, a comunidade de Mogi Mirim.

Então vai aqui o meu apelo para que o prefeito de Mogi Mirim coloque a mão na consciência, 2% não é reajuste, é uma vergonha. No mínimo 20%, tá bom, Giannazi? Para começar, não é? Para esses funcionários, porque eles merecem o reconhecimento do prefeito de Mogi Mirim, que está pisando na bola.

Eu vou começar a minha fala de hoje com um assunto que está correndo nas redes sociais, não tem como não falar nisso, a respeito do vídeo que eu fiz aqui saindo da Assembleia. Está todo mundo beticificado: “Ai, o Coronel violento ameaçou um bode barbudo”. Para com isso, gente. O cara sabe muito bem onde ele está entrando. O cara já afundou o Brasil e agora quer encher o saco da gente na casa da gente.

Olhem só esse vídeo, para quem não viu ficar sabendo. Põe no ar.

- É exibido o vídeo.

Ah, canalhão, para com isso. Vai à minha casa para você ver o que vai acontecer. O que você pensa ao fazer essa ameaça para os deputados? O que você está pensando? Você pensa que